

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO
PARANÁ**

Concurso Público TCEMS – Edital n. 02/2013

INFORMAÇÕES E INSTRUÇÕES:

1. Verifique se a prova está completa, de acordo com as orientações dos fiscais.
2. A compreensão e a interpretação das questões constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais não poderão interferir.
3. Preenchimento do **Cartão-Resposta prova objetiva**:
 - Preencher para cada questão apenas uma resposta.
 - Preencher totalmente o espaço correspondente, conforme o modelo:
 - Usar apenas caneta esferográfica, escrita normal, tinta azul ou preta. Não usar caneta tipo hidrográfica ou tinteiro.
 - Para qualquer outra forma de preenchimento, a leitora anulará a questão.
4. Assinar o **cartão-resposta**.

29 DE SETEMBRO DE 2013

PROVA: AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS

Duração total da prova: 5 horas

**O CARTÃO-RESPOSTA É PERSONALIZADO.
NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO, NEM CONTER
RASURAS.**

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Indique a alternativa que contém uma interpretação **NÃO AUTORIZADA** pelo texto a seguir.

Motorista mais rico paga multa mais cara

Para doer no bolso de todos, punições de trânsito têm de ser proporcionais à renda, como se faz em alguns países.

Um estudo da Universidade da Califórnia publicado em 2012 mostrou que quanto mais caro o modelo de veículo, maior a probabilidade de o motorista não respeitar a via preferencial. Entre os carrões, 35% não respeitam essa lei no cruzamento – na média geral, só 12% fazem o mesmo. A explicação pode estar no fato de que donos de carros mais caros não se preo-

cupam tanto com multas. Por isso, Alemanha, França, Áustria e outros países já dão punições proporcionais à renda. Na Suíça, em 2010, o dono de uma Ferrari Testarossa recebeu uma multa recorde por excesso de velocidade. Como ele ganhava cerca de R\$1,8 milhão por mês, o juiz achou justo aplicar um castigo de R\$ 650 mil. Daria para comprar outra Ferrari. (*Superinteressante*, agosto 2013, p. 26)

- A) O título permite a interpretação de que o fato noticiado é realidade em algum lugar; embora se trate de uma notícia, gênero textual caracterizado pela imparcialidade, no corpo do texto há marcas linguísticas revelando que seu autor comunga com essa posição.
 - B) O subtítulo do texto permite inferir que, para motoristas ricos, multas de baixo valor não são uma medida eficaz para fazê-los respeitar certas leis de trânsito.
 - C) A informação “na média geral, só 12% fazem o mesmo” faz referência ao percentual de motoristas que dirigem carros populares.
 - D) No subtítulo do texto, há a defesa da ideia de que o valor das multas de trânsito deve ser proporcional à renda do motorista.
 - E) O caso do motorista suíço foi usado como argumento para comprovar a relação de proporção entre valor da multa e renda do infrator.
2. Todas as frases a seguir são ambíguas, **EXCETO UMA**. Indique-a.
 - A) Leão e guepardo são felinos de grande porte. Seu habitat natural são as savanas da África.
 - B) Não há uma só medida que o governo possa tomar. (frase usada na transmissão de um telejornal).
 - C) Gastou mais de 12 milhões de dólares herdados do pai, cuja família fez fortuna no ramo de construção de estradas de ferro, com festas, viagens, bebidas e mulheres. (Veja, 10/03/2004)
 - D) O romancista doou um exemplar de seu livro para o diretor da escola que foi encadernado em brochura.
 - E) As videolocadoras de São Carlos estão escondendo suas fitas de sexo explícito. A decisão atende a uma portaria de dezembro de 91, do Juizado de Menores, que proíbe que as casas de vídeo aluguem, exponham e vendam fitas pornográficas a menores de 18 anos. A portaria proíbe ainda os menores de 18 anos de irem a motéis e rodeios sem a companhia ou autorização dos pais. (Folha Sudeste, 06/06/92)
 3. Indique a alternativa em que o segmento textual está seguindo as norma padrão da língua portuguesa.
 - A) Sem dúvida, esta acusação é uma das tantas coisas absurdas que sou obrigado a me defender.

- B) Esta é a escola que os pais confiam, por isso não será fácil encontrar vagas para matricular alunos novos.
- C) São escassos os recursos de que os municípios dispõem para a resolução dos problemas de mobilidade urbana, por isso aguardam a verba prometida pelo governo federal.
- D) Os times devem obedecer o novo regulamento do campeonato, aprovado mesmo sem o consenso dos participantes do processo de sua elaboração.
- E) Os trabalhadores da construção civil declaram greve. Eles aspiram melhores salários.

4. Com relação à sentença a seguir, é **CORRETO** afirmar:

“Diante desse cenário, são essenciais a construção, a compreensão e a comunicação de estratégias corporativas **que** assegurem resultados capazes de **atender** às expectativas do Estado, do Congresso Nacional e da sociedade em relação à atuação e ao papel conferido, ao longo da história, ao Tribunal de Contas da União.”

Fonte:

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/planejamento_gestao/planejamento2011/index.html>.

- A) Segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira, trata-se de um período simples, pois é uma sentença que contém uma única oração.
- B) O pronome relativo “que”, sublinhado no texto, exerce a função sintática de sujeito do verbo “assegurem” e retoma o sintagma nominal “estratégias corporativas”.
- C) O sujeito do verbo “ser” (1ª linha do texto) é composto, constituído por 2 núcleos: “construção” e “compreensão”.
- D) O pronome relativo “que”, sublinhado no texto, pode ser substituído por “nas quais” sem prejuízo sintático ou semântico da sentença.
- E) Em relação à regência do verbo “atender”, sublinhado no texto, pode-se afirmar que ele exige um complemento, o qual se liga ao verbo por meio da preposição “de”.
5. Em relação ao emprego vocabular no parágrafo a seguir, selecione a alternativa **INCORRETA**.

“A atual Constituição estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, deve ser exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

Fonte:

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/planejamento_gestao/planejamento2011/index.html>.

- A) As palavras “financeira, orçamentária, operacional, patrimonial” são adjetivos que qualificam, modificam o significado do substantivo “fiscalização”, e são formadas pelo processo de derivação sufixal.
- B) Os termos “legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação, renúncia” são substantivos do gênero feminino e estão empregados em paralelismo sintático.
- C) Os pares de palavras “direta/indireta” e “externo/interno” são empregados com função adjetival, e as palavras de cada par estabelecem entre si uma oposição de sentidos.
- D) O termo “mediante” é um advérbio, que pode ser substituído no texto pelas expressões “por meio de” ou “por intermédio de”.
- E) As palavras “Constituição, União, Congresso Nacional” são empregadas como substantivos próprios no texto. As duas primeiras são substantivos simples, e a terceira, substantivo composto.

6. A seguir apresenta-se o conceito de documentos oficiais. Selecione a alternativa em que a definição **NÃO** corresponde ao gênero de texto indicado.

- A) Exposição de Motivos é o escrito que indica toda resolução ou decisão tomada por pessoa ou entidade à qual se conferem poderes especiais. Pressupõe necessariamente a existência de autoridade na pessoa ou entidade que a formulou.
- B) Despacho é nota que dá andamento ou solução a um pedido; é a resolução de autoridade pública sobre qualquer negócio, escrito, requerimento, auto ou documento.
- C) Convenção é o acordo de vontades, feito verbalmente ou por escrito, entre duas ou mais pessoas. Em conferências internacionais, é um documento utilizado para a oficialização de seus ajustes.
- D) Memorial é uma peça de esclarecimento conhecida como memorial descritivo, um escrito feito conforme o relatório, onde se descrevem os fatos relacionados às diligências ou perícias. Também pode ser uma petição dirigida a uma autoridade, onde se registram lembranças de fatos ocorridos.
- E) Instrução é utilizada, na linguagem jurídica, para indicar a soma de atos e diligências que podem ou devem ser praticados no processo, a fim de esclarecer fatos ou questões objeto da demanda. Representa a reunião de provas que determinam a procedência ou não dos fatos alegados.

7. Tome por base a explicação a seguir para responder à questão.

É separado por vírgula o gerúndio

- (1) anteposto à oração principal:
Confirmando o sucesso de suas promoções, o Centro Social realizará um bingo amanhã.

(2) colocado depois da oração principal, que equivale, na maioria das vezes, a uma oração coordenada iniciada pela conjunção **e** ou **e isso**:

O mediador tomou seu lugar à mesa, *aguardando* o momento de iniciar o debate. [= tomou seu lugar à mesa e aguardou]

Ganhar a taça é uma questão de honra para a Chapecoense, *aumentando* a emoção entre os jogadores. [= e isso aumenta]

(3) que tem a função de uma oração adjetiva explicativa: A atriz paulistana Cristiana Reali, *morando* em Paris desde os sete anos, não aceitou nenhum dos convites para filmar no Brasil.

Adaptado de PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz.

Só vírgula: método fácil em vinte lições. São Carlos:

EdUFSCar, 2003, p. 84-85.

Considere os itens (1), (2) e (3) e assinale a alternativa **CORRETA**.

A) O item (2) justifica o emprego da vírgula em “Ela mudou-se para Blumenau e casou-se imediatamente, *abandonando* mais uma vez o emprego”.

B) O item (1) valida o emprego da vírgula em “*Desesperada*, chorou demais”.

C) O item (3) justifica o uso da vírgula em “*Observando* que não há recursos suficientes para todos, o presidente pede o apoio do Congresso à reforma tributária”.

D) O item (1) normatiza o emprego da vírgula em “Tibaldieschi residiu em SC de 1924 a 1940, *dedicando-se* ao ensino da língua e à inspeção escolar”.

E) O item (2) justifica o emprego da vírgula em “*Estudando* as lições atentamente, qualquer um aprende”.

8. Assinale a alternativa que substitui corretamente a locução conjuntiva destacada e mantém o sentido original da frase.

Os problemas no escoamento da produção rural provocam perdas, **na medida em que** o setor agrícola se expande sem o devido lastro de infraestrutura.

A) **À proporção que** o setor agrícola se expande sem o devido lastro de infraestrutura, os problemas no escoamento da produção rural provocam perdas.

B) Os problemas no escoamento da produção rural provocam perdas, **porque** o setor agrícola se expande sem o devido lastro de infraestrutura.

C) **À medida que** o setor agrícola se expande sem o devido lastro de infraestrutura, os problemas no escoamento da produção rural provocam perdas.

D) Os problemas no escoamento da produção rural provocam perdas, **do mesmo modo que** o setor agrícola se expande sem o devido lastro de infraestrutura.

E) O setor agrícola se expande sem o devido lastro de infraestrutura, **tendo em vista** os problemas no escoamento da produção rural que provoca perdas.

Leia o excerto para responder à questão 9.

Há tempos negligenciado na lista de qualificações exigidas pelo mundo corporativo, o português voltou à cena e tem sido cada vez mais procurado por executivos e profissionais de grandes empresas que querem se aperfeiçoar na língua pátria para fugir dos deslizes gramaticais e dos textos prolixos que não levam a lugar algum.

Para ter sucesso profissional, é preciso dominar as competências relacionadas à comunicação. Negligenciar o português pode ser um tiro no próprio pé, garantem os consultores da área. Para acompanhar a demanda crescente por esse tipo de serviço, surgiram consultorias especializadas na língua portuguesa, que ensinam empregar a norma padrão em situações formais de fala e escrita. “O aumento massivo da comunicação via internet, por meio de redes sociais e da ferramenta e-mail, criou uma demanda que não existia há 10 anos, quando a conversa pessoal e o telefone eram os principais canais de comunicação das empresas”, explica Ana Paula Mira, diretora-geral da Toda Letra, consultoria especializada em língua portuguesa.

Adaptado de JUNGES, C. O bom e velho português de volta ao mundo corporativo. *Gazeta do Povo*. Curitiba, p. 25, 19 set. 2012.

9. No excerto:

A) apresentam-se os motivos que levam executivos e profissionais liberais a aprimorarem o uso da língua portuguesa, bem como aprenderem técnicas de oratória.

B) sugere-se aos executivos que empreguem a norma padrão em todas situações de fala e escrita.

C) defende-se que a comunicação via internet e redes sociais, bem como a utilização do e-mail estimulam o uso da norma padrão.

D) defende-se que o sucesso profissional está associado ao domínio de competências comunicativas.

E) ordena-se ao leitor que recorra aos consultores especializados em língua portuguesa a fim de aprimorar seu uso.

10. Cortado ao Sul pelo trópico de Capricórnio, o Mato Grosso do Sul abriga, a oeste, 2/3 do Pantanal Mato-Grossense, a maior planície alagável do mundo, com 250 mil quilômetros quadrados. Com relação a este bioma, assinale a alternativa **CORRETA**.

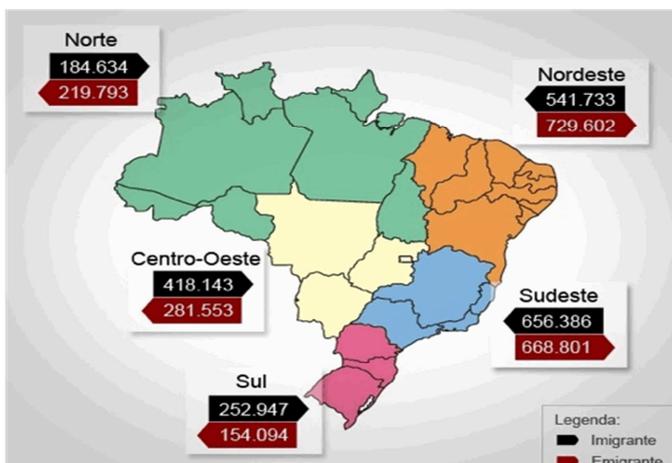
A) O Brasil apresenta dois grandes **hotspots** (termo usado para designar lugares que, além de apresentarem alto grau de diversidade biológica e endemismo, devem ser protegidos, pois estão ameaçados pela atividade humana): O Pantanal

Mato-grossense e o Cerrado, ambos localizados na região centro-Oeste do Brasil.

- B) As principais atividades que ameaçam o Pantanal Mato-Grossense são a expansão da cultura de soja e a extração de carvão mineral.
- C) Apesar de reconhecido como patrimônio natural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o bioma tem sido destruído pela produção de carvão vegetal e pela expansão das pastagens.
- D) O território que compreende o Pantanal Mato-Grossense é considerado a maior planície de inundação do planeta, englobando o sudoeste do Mato Grosso, o oeste do Mato Grosso do Sul, e parte do Paraguai, Bolívia e Argentina.
- E) O Pantanal é formado por uma planície e está situado na Bacia Hidrográfica do Alto Uruguai. Recebe uma grande influência do rio Uruguai e seus afluentes, que alagam a região formando extensas áreas alagadiças (pântanos) e favorecendo a existência de uma rica biodiversidade. A época de chuvas e cheias dos rios ocorre durante os meses de novembro a abril.

11. No século XIX e início do século XX, o Brasil recebeu milhões de imigrantes oriundos de diversos países do mundo, destacando-se Portugal, Itália, Espanha, Alemanha e Japão. No final do século XX, devido a questões econômicas, milhares de brasileiros deixaram o país com destino aos Estados Unidos, Paraguai, Japão, França, Portugal, entre outros. Porém, outro tipo de migração sempre ocorreu no país ao longo de sua história: a migração inter-regional. Todos os anos, milhares de brasileiros deixam seu estado de origem em busca de novas oportunidades. Boa parte desses imigrantes retorna à sua região de origem, caracterizando a dinâmica migratória do país. Observe o gráfico a seguir.

Imigrantes e emigrantes no Brasil em 2010



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Analisando-se os dados fornecidos no gráfico, pode-se concluir que:

- A) a região Sudeste é a que mais cresce em população, pois tem o maior saldo migratório do país.
- B) o Sul do Brasil continua se caracterizando como uma região de emigração.
- C) a região Centro-Oeste é a região do país que mais retém o imigrante.
- D) o Norte se destaca, em função da fronteira agrícola e da mineração, como a região que mais retém o imigrante oriundo de outras regiões.
- E) a região Nordeste, que no passado se destacava pela migração de milhares de pessoas para o Norte e o Sudeste, na atualidade é a região que se encontra em maior equilíbrio entre a entrada e a saída de migrantes.
12. Grandes manifestações populares, crises econômicas e políticas, insurgências armadas, lutas sectárias e intervenção militar externa têm marcado os noticiários mundiais e abalado os países do Norte da África e Oriente Médio há aproximadamente dois anos.

A chamada Primavera Árabe tem provocado muitos conflitos e mortes principalmente em dois países da região citada:

- A) Israel e Palestina
- B) Israel e Síria
- C) Egito e Síria
- D) Egito e Nigéria
- E) Síria e Marrocos
13. O Tratado de Tordesilhas traçou uma linha imaginária de norte a sul 370 léguas a oeste dos Açores. A partir de então, ficou definido que tudo o que fosse encontrado a leste dessa linha limítrofe pertenceria a Portugal, e o que ficasse a oeste pertenceria à Espanha.

Nesse contexto, é **CORRETO** afirmar que o atual território do estado de Mato Grosso do Sul:

- A) tornou-se área de direito da Coroa Espanhola, mas foi, mais tarde, durante o período da chamada "União Ibérica", percorrido e explorado pelos bandeirantes paulistas e depois ocupado pelos colonizadores de origem portuguesa.
- B) ficou sob o controle da Espanha, tendo se tornado área cobiçada pelos portugueses no século XVIII, especialmente pela bem sucedida extração da prata no Rio Paraguai.
- C) não estava contemplado nos termos do acordo assinado entre os monarcas, por isso foi área de litígio até o século XIX, quando o Tratado de Madrid estabeleceu os limites territoriais entre Brasil e Paraguai.
- D) consolidou-se como área de direito da Coroa Portuguesa a partir do tratado de Tordesilhas e foi

- intensamente disputado pelos dois reinos durante a Guerra do Paraguai.
- E) ficou situado nos limites da Linha de Tordesilhas, por isso foi considerado como região de terras devolutas, tendo sido a sua situação resolvida apenas com a cessão das terras às companhias colonizadoras no século XX.
14. A demarcação das reservas indígenas é um tema muito importante no que diz respeito à História do Brasil e do Mato Grosso do Sul. Os conflitos recentes envolvendo latifundiários e tribos indígenas no país geram amplos debates políticos e longos processos judiciais, isto porque:
- A) o direito à propriedade é uma garantia constitucional. Por isso, não há legitimidade nas reivindicações indígenas, que tomam por base as tradições míticas.
- B) o direito *uti possidetis*, sancionado no período colonial, garante aos fazendeiros das regiões amazônica e pantaneira a posse sobre as terras griladas, por isso os indígenas tentam forçar a tomada da terra por meio da luta armada.
- C) a constituição brasileira garante aos indígenas o direito de escolha das terras que entenderem como mais propícias para a sua sobrevivência. Quando são terras já ocupadas, deve haver a desocupação imediata. Mas os latifundiários resistem a essas ordens judiciais, provocando conflitos.
- D) o reconhecimento dos direitos indígenas a territórios ancestrais é recente na história do país e cria situações de conflitos em locais onde os processos de colonização foram efetivados a partir da ideia de “vazio demográfico”.
- E) a questão da terra é um problema muito antigo na História do Brasil e tem raízes nos assentamentos bandeirantes sobre as áreas demarcadas aos indígenas no século XVII, nos territórios do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.
15. A globalização tem como característica a integração de praticamente todos os países do mundo em um sistema internacional de produção e comércio. Entre as características desse sistema, destaca-se a organização do mundo em áreas produtivas específicas, numa lógica predatória dos recursos naturais e de pouco equilíbrio na distribuição de recursos entre as regiões desenvolvidas e as periféricas. De que forma a economia do estado de Mato Grosso do Sul participa desse mercado globalizado?
- A) Como área de produção de grãos e criação de gado, sendo estas atividades voltadas exclusivamente ao mercado interno.
- B) Como economia agroexportadora, destacando-se na produção de grãos e na pecuária de corte.
- C) Como economia moderna autossustentável, isolada do sistema econômico mundial.

- D) Como economia socialista, caracterizada pela pequena propriedade rural e pela integração mundial do comércio de grãos.
- E) Como sistema produtivo que se destaca por ser modelo internacional de sustentabilidade entre produção agrícola e preservação ambiental.

CONTABILIDADE

16. O Ativo Circulante compreende:
- A) os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte.
- B) os investimentos de caráter permanente, as imobilizações e as despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício.
- C) as contas representativas de receitas de exercícios futuros, deduzidas dos custos e despesas correspondentes ou contrapostos a tais receitas.
- D) as contas com função precípua de controle, relacionadas a situações não compreendidas no patrimônio, mas que direta ou indiretamente possam a vir a afetá-lo, inclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira.
- E) as disponibilidades de numerário, bem como outros bens e direitos pendentes ou em circularização, realizáveis até o término do exercício seguinte.
17. O Princípio da Competência representa:
- A) os componentes do patrimônio que devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do país, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da Entidade.
- B) simultaneamente à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.
- C) as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
- D) a continuidade ou não da entidade, bem como sua vida definida ou provável, deve ser considerada quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.
- E) a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

18. Com base no seguinte enunciado, identifique o método de custeio.

“É aquele calculado de forma científica, ou seja, calcula-se o custo de uma unidade e atribui-se, dessa forma, o custo para as demais, a priori e posteriormente; depois de produzido o lote, apura-se o custo real incorrido para, dessa forma, apurar eventuais diferenças de preços, de volumes, de tempo etc.”

- A) Custeio padrão.
- B) Custeio por absorção.
- C) Custeio variável ou direto.
- D) Custeio baseado em atividades.
- E) Custeio por unidade de esforço de produção.

19. Qual é a demonstração a seguir mencionada que visa mostrar como ocorreram as movimentações de disponibilidades em um dado período de tempo.

- A) Demonstração do Resultado do período.
- B) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- C) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.
- D) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- E) Demonstração do valor adicionado.

20. A execução orçamentária observa a seguinte sistemática:

- A) Detalhamento do orçamento. Limites para movimentação e empenho. Lei orçamentária anual. Descentralização de créditos. Destaque (descentralização externa). Provisão (descentralização interna). Processo licitatório. Empenho e liquidação.
- B) Limites para movimentação e empenho. Lei orçamentária anual. Detalhamento do orçamento. Descentralização de créditos. Destaque (descentralização externa). Provisão (descentralização interna). Processo licitatório. Empenho e liquidação.
- C) Lei orçamentária anual. Detalhamento do orçamento. Limites para movimentação e empenho. Descentralização de créditos. Destaque (descentralização externa). Provisão (descentralização interna). Processo licitatório. Empenho e liquidação.
- D) Destaque (descentralização externa). Provisão (descentralização interna). Processo licitatório. Lei orçamentária anual. Detalhamento do orçamento. Limites para movimentação e empenho. Descentralização de créditos. Empenho e liquidação.
- E) Provisão (descentralização interna). Lei orçamentária anual. Detalhamento do orçamento. Limites para movimentação e empenho. Descentralização de créditos. Destaque (descentralização externa). Processo licitatório. Empenho e liquidação.

21. Assinale a alternativa **CORRETA** com relação ao Passivo Circulante.

- A) O passivo circulante é representado pelas obrigações da companhia cuja liquidação se espera que ocorra dentro do exercício social, ou de acordo com o ciclo operacional da empresa, se este for superior a esse prazo.
- B) O passivo circulante é representado pelas obrigações da companhia cuja liquidação se espera que ocorra dentro do exercício social.
- C) O passivo circulante é representado pelas obrigações da companhia cuja liquidação se espera que ocorra dentro do exercício social seguinte, ou de acordo com o ciclo operacional da empresa, se este for superior a esse prazo.
- D) O passivo circulante é representado pelas obrigações da companhia cuja liquidação se espera que ocorra de acordo com o ciclo operacional da empresa.
- E) O passivo circulante é representado pelas obrigações da companhia cuja liquidação se espera que ocorra dentro do exercício social seguinte, ou de acordo com o ciclo operacional da empresa, se este for inferior a esse prazo.

22. Assinale a alternativa que contém informações sobre a consolidação das demonstrações contábeis.

- A) A finalidade maior do sistema é produzir demonstrações em uma única moeda para todos os itens componentes dessas demonstrações, além de explicitar os efeitos da inflação sobre cada conta.
- B) O objetivo é apresentar aos usuários da informação contábil, principalmente acionistas e credores, os resultados das operações e a posição financeira da sociedade controladora e de suas controladas, como se o grupo econômico fosse uma única entidade. Isso permite uma visão mais geral e abrangente e melhor compreensão do que inúmeros balanços isolados de cada empresa do grupo.
- C) É um necessário e importante complemento às demonstrações contábeis publicadas por uma empresa, em termos de permitir o fornecimento de dados e informações adicionais que sejam úteis aos usuários em seu julgamento e processo de tomada de decisões.
- D) Com a finalidade de fornecer mais subsídios a quem toma decisões por meio da análise das demonstrações contábeis, um dos aspectos de importância é a divulgação das transações ocorridas no período entre partes relacionadas, bem como dos saldos decorrentes dessas transações.
- E) O princípio básico a nortear essa orientação é que as informações apresentadas por segmentos, em conjunto com as demonstrações contábeis, possibilitem aos usuários a avaliação correta da natureza das atividades do negócio e seus respectivos efeitos financeiros, conhecendo de fato o ambiente econômico em que a empresa está inserida. Isso pode contribuir positivamente para que um

investidor tenha uma opinião mais precisa quando optar por investir em determinada empresa durante um processo de abertura de capital, por exemplo.

23. A demonstração do resultado econômico em entidades públicas deve estar interligada com o sistema de custos e possuir no mínimo a seguinte estrutura:

- A) (1) Receitas correntes; (2) Receita Tributária; (3) Receitas de Contribuições; (4) Amortizações de empréstimos; (5) Transferências de capital; (6) Superávit financeiro.
- B) (1) Receita Orçamentária; (2) Despesa Orçamentária; (3) Transferências financeiras concedidas; (4) Pagamentos extraorçamentários.
- C) (1) Receitas derivadas; (2) Receitas originárias; (3) Transferências; (4) Desembolsos; (5) Fluxo de caixa das atividades de investimento.
- D) (1) Receita corrente dos serviços prestados e receita tributária; (2) Amortizações de empréstimos, custos e despesas identificados com a execução da ação pública; (3) Resultado econômico apurado.
- E) (1) Receita econômica dos serviços prestados e dos bens ou dos produtos fornecidos; (2) Custos diretos e indiretos e despesas identificados com a execução da ação pública; e (3) Resultado econômico apurado.

24. A Contabilidade Governamental pode ser classificada em dois campos, segundo a organização político-administrativa e as especializações. Assinale a alternativa que contém exemplos das especializações.

- A) Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Contabilidade industrial e de custos. Contabilidade agrícola e pastoril. Contabilidade Gerencial.
- B) Federal, estadual e municipal.
- C) Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Contabilidade industrial e de custos. Contabilidade agrícola e pastoril. Contabilidade bancária. Contabilidade hospitalar.
- D) Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Contabilidade industrial e de custos. Contabilidade agrícola e pastoril. Contabilidade bancária. Contabilidade hospitalar. Contabilidade social.
- E) Contabilidade industrial e de custos. Contabilidade agrícola e pastoril. Contabilidade bancária. Contabilidade hospitalar. Contabilidade social. Contabilidade financeira.

25. O ciclo orçamentário é composto pela seguinte seqüência:

- A) Elaboração; estudo e aprovação; execução; avaliação.
- B) Estudo e aprovação; elaboração; execução; e avaliação.

- C) Avaliação; Estudo e aprovação; elaboração; execução.
- D) Estudo; elaboração; aprovação; execução e avaliação.
- E) Avaliação; estudo; elaboração; aprovação; execução.

26. Com relação ao Plano Plurianual, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Tem como objetivo nortear metas para as despesas de capital e as demais, delas derivadas, bem como aquelas cuja duração tenha caráter continuado, fazendo, assim, com que os planos e programas adotados pela administração no decorrer da gestão sejam equivalentes ao planejamento exposto.
- B) Compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- C) Autoriza as despesas do ente governamental, de acordo com a previsão de arrecadação, sendo possível a realização de despesas acima do limite previsto na lei, desde que o Poder Executivo submeta, ao Poder Legislativo, o projeto de lei solicitando a inclusão de crédito adicional.
- D) É derivado de um projeto de lei formalmente elaborado pelo Poder Executivo e enviado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro para deliberação do Poder Legislativo.
- E) O demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais das receitas e despesas, resultado primário e nominal e montante da dívida pública.

27. Deverão ser incluídos no orçamento todos os aspectos do programa de cada órgão, principalmente aqueles que envolvem qualquer transação financeira e econômica.

O conceito anterior refere-se ao:

- A) Princípio da unidade.
- B) Princípio da anualidade.
- C) Princípio da exclusividade.
- D) Princípio do equilíbrio.
- E) Princípio da universalidade.

28. Assinale a alternativa que contém as etapas do processo orçamentário.

- A) Previsão ou estimativa da receita; cálculo da necessidade de financiamento do Governo Central; fixação dos valores para despesas obrigatórias; determinação dos limites para despesas

discricionárias; elaboração das propostas setoriais – cadastros, análise e consolidação das propostas setoriais; processo legislativo e sanção da lei; execução orçamentária e alterações orçamentárias; a fiscalização das contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

- B) Cálculo da necessidade de financiamento do Governo Central; fixação dos valores para despesas obrigatórias; determinação dos limites para despesas discricionárias; elaboração das propostas setoriais – cadastros, análise e consolidação das propostas setoriais; processo legislativo e sanção da lei; execução orçamentária e alterações orçamentárias; a sustação da execução do ato impugnado que, no caso de contrato, será adotado inicialmente pelo Congresso Nacional.
- C) Fixação das metas de resultado fiscal; previsão ou estimativa da receita; cálculo da necessidade de financiamento do Governo Central; fixação dos valores para despesas obrigatórias; determinação dos limites para despesas discricionárias; elaboração das propostas setoriais – cadastros, análise e consolidação das propostas setoriais; processo legislativo e sanção da lei; execução orçamentária e alterações orçamentárias.
- D) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional; previsão ou estimativa da receita; cálculo da necessidade de financiamento do Governo Central; fixação dos valores para despesas obrigatórias; determinação dos limites para despesas discricionárias; elaboração das propostas setoriais – cadastros, análise e consolidação das propostas setoriais; processo legislativo e sanção da lei; execução orçamentária e alterações orçamentárias; a fiscalização das contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- E) Fixação das metas de resultado fiscal; previsão ou estimativa da receita; cálculo da necessidade de financiamento do Governo Central; elaboração das propostas setoriais – cadastros, análise e consolidação das propostas setoriais; processo legislativo e sanção da lei; execução orçamentária e alterações orçamentárias; transmitir ao Tribunal de Contas, sem prejuízo da fiscalização deste, informes relativos à administração financeira e patrimonial dos órgãos dos ministérios.

29. Assinale a alternativa que representa o Balanço Orçamentário.

- A) Demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

- B) Evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.
- C) Evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.
- D) Demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
- E) Permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

30. Assinale a opção que trata dos restos a pagar.

- A) São todos os compromissos assumidos pelo governo e os respectivos juros.
- B) É um processamento especial da despesa pública orçamentária, através do qual se coloca o número à disposição de um funcionário ou servidor, a fim de dar-lhe condições de realizar gastos que, por sua natureza, não possam obedecer ou depender de trâmites normais.
- C) Em seu conceito clássico, é considerado como o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a pessoa física ou jurídica.
- D) Consideram-se as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- E) São valores que se adicionam ou crescem ao orçamento, quer como reforço de dotações existentes, quer como dotações destinadas a cobertura de encargos provenientes da criação de novos serviços, ou, ainda, para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

31. As Normas de Auditoria Governamental, que incluem diretrizes fundamentais para a realização de auditorias contábeis, operacionais e de cumprimento, estão divididas em quatro grupos, a saber:

- A) NAG 1000 – Normas Contabilização; NAG 2000 – Normas Relativas ao Ativo e Passivo de Contas; NAG 3000 – Relativas aos Profissionais de Contabilidade Governamental; NAG 4000 – Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.
- B) NAG 1000 – Normas Contabilização; NAG 2000 – Normas Relativas ao Ativo e Passivo de Contas; NAG 3000 – Relativas aos Profissionais de Contabilidade Governamental; NAG 4000 – Relativas às Demonstrações Contábeis Públicas.
- C) NAG 1000 – Normas Gerais; NAG 2000 – Relativas ao Tribunais de Contas; NAG 3000 – Relativas aos Profissionais de Auditoria Governamental; NAG 4000 – Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.
- D) NAG 1000 – Normas de Registro Contábil; NAG 2000 – Normas Relativas ao Ativo e Passivo de Contas; NAG 3000 – Relativas aos Profissionais de Contabilidade Governamental; NAG 4000 –

- Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.
- E) NAG 1000 – Normas Contabilização; NAG 2000 – Normas Relativas ao Ativo e Passivo de Contas; NAG 3000 – Relativas aos Profissionais de Contabilidade Governamental; NAG 4000 – Relativas aos Trabalhos de Auditoria Governamental.
32. Assinale a alternativa que representa um profissional de Auditoria Governamental.
- A) Servidor público do quadro permanente do Tribunal de Contas de cada Estado, devidamente capacitado para a realização de auditorias governamentais, nas suas áreas de atuação. Exerce função típica de Estado.
- B) É um empregado da empresa, e dentro de uma organização ele não deve estar subordinado àqueles cujo trabalho examina.
- C) Executa o planejamento de toda a rotina financeira, como recebimento e pagamento efetuados. Elabora processos de geração e análise envolvendo a coleta de dados do faturamento.
- D) É o representante popular, eleito pelo sistema proporcional no qual se leva em conta a votação da legenda (partido político ou coligação de partidos).
- E) Autoridade fiscal do Município, do Estado ou da União, responsável pela identificação do sujeito passivo da obrigação tributária e posterior lançamento do tributo.
33. Assinale a etapa na qual é definida a estratégia e a programação dos trabalhos de auditoria, estabelecendo a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames, determinando os prazos, as equipes de profissionais e outros recursos necessários para que os trabalhos sejam eficientes, eficazes e efetivos, e realizados com qualidade, no menor tempo e com o menor custo possível.
- A) Materialidade.
- B) Procedimentos de auditoria.
- C) Gestão pública.
- D) Programa de auditoria.
- E) Planejamento de auditoria.
34. Assinale a alternativa que descreve o Risco de Auditoria.
- A) Diz respeito ao grau de realização de objetivos e de alcance das metas orçamentárias.
- B) É a probabilidade de o profissional de auditoria deixar de emitir apropriadamente sua opinião e comentários sobre as transações, documentos e demonstrações materialmente incorretos pelo efeito de ausência ou fragilidades de controles internos e de erros ou fraudes existentes, mas não detectados pelo seu exame, em face da carência ou deficiência dos elementos comprobatórios ou pela ocorrência de eventos futuros incertos que possuem potencial para influenciar os objetos da auditoria.
- C) Ato não voluntário, não intencional, resultante de omissão, desconhecimento, imperícia, imprudência, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de documentos, registros ou demonstrações. Existe apenas culpa, pois não há intenção de causar dano.
- D) Ato voluntário intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, informações, registros e demonstrações. Existe dolo, pois há intenção de causar algum tipo de dano.
- E) Critério de avaliação que busca revelar a importância qualitativa das ações em estudo, quanto à sua natureza, contexto de inserção, fidelidade, integridade e integralidade das informações, independentemente de sua materialidade gerencial.
35. Os relatórios de auditoria governamental podem ser classificados: a) quanto à forma; b) quanto ao escopo; c) quanto à abrangência; d) quanto à natureza da opinião do profissional de auditoria governamental. Assinale a opção que descreve a abrangência.
- A) Relatório curto ou parecer: relato estruturado de forma padronizada, normalmente com os seguintes principais parágrafos: introdutório, responsabilidade do profissional de auditoria governamental e da administração; descrição da auditoria incluindo o escopo, procedimentos e técnicas aplicadas e condições de trabalho; e opinião do profissional de auditoria governamental e outras responsabilidades relativas à emissão de relatório.
- B) A abstenção de opinião não elimina a responsabilidade de o profissional de auditoria governamental mencionar, no relatório, qualquer desvio ou reserva relevante que possa influenciar a decisão do usuário das peças examinadas.
- C) Relatório de exame da formalidade processual: relatório ou parecer preparado pelo profissional de auditoria governamental, com base no exame das peças que integram o processo sob exame. Não envolve análise de mérito.
- D) O profissional de auditoria governamental deve relatar, de maneira clara, todas as razões que fundamentaram a sua opinião, devendo revelar em parágrafo (s) intermediário (s), imediatamente anterior (es) ao parágrafo de opinião, todas as razões para a sua emissão, buscando sempre quantificar o efeito financeiro desses pontos, embora nem sempre isso seja viável ou pertinente.
- E) Relatório progressivo ou parcial: relato normalmente utilizado quando as soluções para as ocorrências identificadas não podem esperar e precisam ser sanadas de imediato, sob pena de perder a eficácia e a efetividade da auditoria governamental.

DIREITO

36. Marque a alternativa **CORRETA** segundo a evolução da Teoria do Tipo.

- A) A teoria dos elementos negativos do tipo, ainda que não defendida por Edmund Mezger, além de incluir as causas de justificação no próprio tipo, pressupõe a existência de uma antijuridicidade penal distinta da antijuridicidade geral.
- B) Para a fase da independência, que teve como maior idealizador Max Ernest Mayer, a tipicidade era compreendida com um caráter indiciário da antijuridicidade.
- C) Para a fase da *ratio essendi* da antijuridicidade, que teve como maior idealizador Edmund Mezger, a tipicidade é totalmente desvinculada da ilicitude, ou seja, a tipicidade é neutra, avalorada em relação à tipicidade.
- D) Com o surgimento do finalismo, o tipo sofreu forte mudança estrutural no que se refere ao dolo e à culpa, notadamente porque estes dois elementos passaram a integrar a culpabilidade. Segundo Hans Welzel, principal idealizador, a culpabilidade seria ou dolosa ou culposa.
- E) Segundo entendimento dos doutrinadores brasileiros acerca da evolução da teoria do tipo, a concepção que mais se adapta ao direito penal pátrio é a de Hans Wezel, precursor do finalismo, para o qual a tipicidade é *ratio essendi* da antijuridicidade.

37. Leia atentamente as alternativas a seguir e marque a **CORRETA**.

- A) O erro de proibição mandamental refere-se ao erro acerca de um pressuposto fático de uma causa de justificação. Neste caso, se vencível, exclui o dolo, sendo possível a punição a título de culpa e se for invencível, exclui o dolo e a culpa.
- B) O erro de proibição indireto refere-se ao erro sobre os pressupostos fáticos de uma norma penal incriminadora e, no caso de ser inevitável, será excluído o dolo e a culpa.
- C) A legítima defesa putativa, seja para a teoria limitada ou extremada da culpabilidade, será sempre excludente de ilicitude ou antijuridicidade.
- D) O erro mandamental é aquele que ocorre nos crimes omissivos, podendo haver o erro mandamental em qualquer crime omissivo, próprio ou impróprio.
- E) A embriaguez voluntária ou a culposa quando plena ou completa isentará o sujeito de responsabilidade penal face a ausência total de imputabilidade penal.

38. Acerca da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) e das disposições sobre crimes e sanções penais na licitação (Lei 8.666/93),

assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) As ações penais nos crimes da Lei 8.666/93 (Licitação) são, em regra, públicas condicionadas à representação da vítima, a qual deverá fazê-lo no prazo de 06 meses a contar da ciência do fato criminoso, sob pena de extinção da punibilidade pela decadência do direito.
- B) Em relação às disposições penais da Lei 8.429/92 (Improbidade Administrativa), é correto afirmar que a aplicação das sanções depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- C) Em relação às disposições penais da Lei 8.429/92 (Improbidade Administrativa), é correto afirmar que a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- D) Em relação aos crimes da Lei 8.666/93 (Licitação), é correto afirmar que cabe somente aos Agentes Públicos envolvidos com o processo licitatório a provocação da iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e sua autoria, bem como as circunstâncias em que se deu a ocorrência.
- E) Em relação às disposições penais da Lei 8.429/92 (Improbidade Administrativa), é correto afirmar que a aplicação das sanções depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.

39. Considerando os crimes praticados contra a Administração Pública e a Lei 9.613/96, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Aquele que solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função, pratica o crime de exploração de prestígio.
- B) Aquele que solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha, pratica o crime de tráfico de influência.
- C) Aquele que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, pratica o crime de tráfico de influência.
- D) No que se refere à Lei 9.613/98 (Lavagem de Dinheiro), alterada pela Lei 12.683/12, é correto afirmar que atualmente não é possível a prática de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores na modalidade tentada.
- E) É crime praticado por funcionário público contra a administração em geral, dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.

40. Considerando os aspectos relativos às parcerias público-privadas, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- B) Parceria público-privada é o ato administrativo de outorga de direitos, exclusivamente na modalidade patrocinada.
- C) É possível a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), notadamente na modalidade de concessão comum para serviços públicos ou obras públicas.
- D) É de 05 (cinco) anos o período máximo da prestação do serviço advindo de parceria público-privada.
- E) É expressamente vedada a contratação de parceria público-privada por fundos especiais ou por fundações públicas.
41. Sobre as normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada não poderão ser garantidas por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público.
- B) As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser asseguradas mediante garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade.
- C) É vedado à Administração Pública, mesmo que previsto contratualmente, efetuar o pagamento da contraprestação relativa à parcela fruível do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.
- D) O contrato não poderá prever o pagamento de remuneração variável ao parceiro privado, vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.
- E) A contratação de parceria público-privada poderá ser precedida de licitação na modalidade de tomada de preços, estando a abertura do processo licitatório condicionada, dentre outras, à licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, na forma do regulamento, sempre que o objeto do contrato exigir.
42. No tocante ao Programa Nacional de Desestatização e seus derivativos, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Vedou-se expressamente a desestatização de empresas, inclusive instituições financeiras, controladas direta ou indiretamente pela União, instituídas por lei ou ato do Poder Executivo.
- B) As instituições financeiras públicas estaduais não puderam ter as ações de seu capital social desapropriadas.
- C) Nas desestatizações executadas mediante as modalidades operacionais de alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações, a legislação expressamente autorizou que a respectiva licitação fosse realizada na forma de pregão.
- D) A alienação de ações das companhias a serem desestatizadas pôde ser efetuada mediante leilão público, em pregão especial ou através de envelopes fechados, ou através de uma combinação destas formas, em bolsa de valores do país.
- E) Dentre as sociedades incluídas no Programa Nacional de Desestatização, constaram as empresas públicas ou sociedades de economia mista exercentes de atividades de competência exclusiva da União, voltadas a explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados.
43. Sobre o poder de polícia das agências reguladoras, é **CORRETO** afirmar:
- A) Compreende exclusivamente o poder de fiscalizar a atuação dos concessionários e remeter seus pareceres ao Ministério a que se subordina.
- B) Compreende exclusivamente o poder de punir concessionários e remeter seus pareceres ao Ministério a que se subordina.
- C) Compreende exclusivamente o poder de fiscalizar a atuação dos usuários do serviço público e remeter seus pareceres ao Ministério a que se subordina hierarquicamente.
- D) Compreende exclusivamente o poder de punir os ilícitos praticados pelos usuários do serviço público e remeter seus pareceres ao Ministério a que se subordina.
- E) Compreende todos os poderes inerentes à polícia administrativa e também não se limita apenas ao âmbito das concessões nem apenas aos serviços públicos.
44. Sobre a regulação, é **CORRETO** afirmar:
- A) Abrange a edição de regulamentos destinados a facilitar a aplicação da lei, mas não pode com ela conflitar, pois sempre se subordina a esta.
- B) Pode ser exercida por agências reguladoras ou não.
- C) Compreende a competência para praticar só e exclusivamente atos administrativos normativos.
- D) Compreende a competência para praticar somente atos administrativos putativos.
- E) Compreende a competência para praticar atos administrativos normativos e também putativos.

45. A respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Relativamente ao imposto sobre prestação de serviços de qualquer natureza (ISS), a Constituição Federal não confere imunidade às exportações de serviços para o exterior, mas delega à União o poder de instituir isenção heterônoma dessas exportações por meio de lei complementar.
- B) Todo o patrimônio, toda a renda e todos os serviços das instituições religiosas são imunes à tributação. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal já firmou posicionamento no sentido de que o município onde se localiza imóvel da instituição religiosa alugado a terceiros pode cobrar IPTU deste, independentemente de a receita auferida ser destinada ou não à finalidade essencial da instituição religiosa.
- C) A imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, por ser objetiva, incide sobre determinados bens importantes para o bom desenvolvimento da sociedade. Em função disso, pode-se afirmar que não incide o imposto de renda (IR) sobre as rendas da editora, não incide o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) sobre os veículos da empresa jornalística e não incide o imposto territorial e predial urbano (IPTU) sobre o prédio da editora.
- D) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro. Como se depreende, o princípio da uniformidade geográfica da tributação é direcionado apenas à União, razão pela qual podem os demais entes políticos estabelecer diferenças tributárias entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino.
- E) O constituinte reformador instituiu imunidade do imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre a aquisição de bens de capital, remetendo ao legislador ordinário a tarefa de regulamentar os critérios para sua aplicação.

46. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Toda pessoa jurídica, desde que enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, poderá formalizar a opção pelo Simples Nacional, sistema de pagamento de tributos que lhe permite recolher em documento único de arrecadação vários tributos, entre eles, o IRPJ, o ICMS, o ISS e o imposto de importação.
- B) A alteração de alíquotas do imposto de importação (II), imposto de exportação (IE), imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro (IOF) e imposto territorial rural (ITR) pode ser realizada mediante decreto expedido pelo Poder Executivo, mas desde que atendidas as condições

e os limites estabelecidos em lei, dado o caráter extrafiscal desses tributos.

- C) O IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana) poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel, mas não poderá ter alíquotas diferenciadas em função de sua localização ou do uso que lhe der seu proprietário.
- D) Uma lei, publicada em 01/11/2012, majorou a alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do imposto de importação (II) sobre determinados bens. A nova alíquota poderá ser exigida noventa dias após a publicação da lei para o IPI e imediatamente para o imposto de importação.
- E) O imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI) compete ao Estado ou ao Distrito Federal da situação do bem e terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

47. Relativamente às fontes do Direito Tributário, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Medida provisória pode dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União e os Municípios.
- B) A medida provisória que aumentar a alíquota do imposto territorial rural (ITR) só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
- C) Em matéria tributária, de acordo com a Constituição Federal, compete à lei complementar instituir as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- D) Dada a urgência, a União pode, mediante medida provisória, instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias decorrentes de guerra externa ou sua iminência. Entretanto, no caso de despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, o veículo normativo exigido pela Constituição Federal é a lei complementar.
- E) Relativamente ao ICMS, pode a lei ordinária definir seus contribuintes, dispor sobre substituição tributária e disciplinar o regime de compensação do imposto.

48. Com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A lei, ao atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ou não ao fato gerador da respectiva obrigação, poderá excluir a responsabilidade do contribuinte ou atribuí-la a este em caráter supletivo.
- B) A empresa Alfa adquiriu, a título oneroso, estabelecimento comercial no ramo varejista de roupas da empresa Beta, sob outra razão social, continuando a exploração da atividade. Após cinco meses da data da alienação, a empresa alienante iniciou nova atividade empresarial no ramo de restaurantes. Nesse caso, Alfa será subsidiária-

mente responsável pelos tributos devidos por Beta até a data da alienação.

- C) As irmãs Teliana, Joana e Flaviana constituíram a sociedade Três Irmãs Ltda. de prestação de serviços de limpeza de imóveis, sujeitas ao ISS no município do domicílio tributário. Iniciaram suas atividades antes de inscrever o contrato social no registro competente, deixando de recolher o ISS correspondente. Nesse caso, tendo o Fisco municipal cobrado todo o tributo devido de Joana, esta pode invocar benefício de ordem para redirecionar a cobrança do imposto para a irmã Flaviana, sócia que possui 70% das quotas da sociedade.
- D) Na sucessão *causa mortis*, haverá responsabilidade tributária do espólio pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão, mas somente dos créditos já definitivamente constituídos na data do falecimento.
- E) Locatário de um apartamento assume, no contrato de locação, a obrigação pelo pagamento do IPTU do imóvel locado. Deixa, porém, de adimplir o tributo devido. A Fazenda Municipal, neste caso, só pode exigir subsidiariamente do proprietário do imóvel o recolhimento do IPTU em atraso, haja vista o acordo celebrado entre as partes.
49. A respeito da suspensão, da exclusão e da extinção do crédito tributário, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A remissão, que deve sempre emanar do ente político tributante definido na Constituição Federal como competente para legislar acerca do gravame em questão, é, segundo o Código Tributário Nacional, causa de exclusão do crédito tributário e consiste no perdão de penalidades pecuniárias já constituídas.
- B) Anistia e remissão apresentam grande similitude, mas não se confundem. Enquanto na remissão há o perdão do crédito tributário, ao anistiar, a desculpa recai sobre o ato da infração ou sobre a penalidade aplicada. Assim, a remissão se processa no contexto de um vínculo de índole obrigacional tributária, enquanto a anistia diz respeito ao liame de natureza sancionatória.
- C) O recurso administrativo suspende o crédito tributário, mas desde que seja feito depósito de, pelo menos, 30% do valor do crédito tributário discutido ou o arrolamento de bens e direitos de valor igual ou superior à exigência fiscal.
- D) As isenções podem ser revogáveis a qualquer tempo, mesmo aquelas que têm prazo certo e condições determinadas, exigindo, porém, que o ente federado competente para a instituição do tributo seja aquele que tenha concedido e revogado a isenção.
- E) Compensação é forma de extinção do crédito tributário, depende de lei autorizativa para sua aplicação e, nos casos de tributos discutidos judicialmente, pode ser deferida por medida liminar cautelar ou antecipatória.

50. Sobre o tema das contribuições, é **CORRETO** afirmar que:
- A) A competência para instituição de contribuições de melhoria é privativa dos Municípios, seu fato gerador é a valorização imobiliária ou o benefício gerado ao proprietário do imóvel decorrente de obra pública realizada.
- B) A instituição de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, é de competência exclusiva da União, não competindo aos Estados, Distrito Federal e Municípios a instituição de nenhuma espécie deste tipo de tributo.
- C) A contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível, denominada de CIDE-Combustíveis, é de competência da União, que deve distribuir 29% do produto arrecadado com os Estados e o Distrito Federal e os Estados, por sua vez, devem repassar 25% do que receberam aos Municípios, na forma da lei.
- D) Às contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas não se aplica o princípio da anterioridade anual, podendo ser cobradas noventa dias após a sua instituição.
- E) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o *caput* do artigo 149, da Constituição Federal, não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, nem tampouco sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
51. Assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A propositura da ação judicial pelo contribuinte, sendo prévia ao procedimento fiscal, inibe a constituição do crédito tributário pelo lançamento, relativamente à matéria tratada na ação ajuizada.
- B) Cabe ação de consignação em pagamento no caso de a Fazenda Pública condicionar o recebimento de tributo ao pagamento de outro, mas não cabe a referida ação no caso de exigência por mais de uma pessoa jurídica de direito público de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador, haja vista a diversidade de pessoas políticas envolvidas.
- C) O mandado de segurança não é instrumento adequado para o contribuinte obter declaração do direito à compensação das importâncias pagas a maior a título de tributo, uma vez que o art. 170-A do CTN veda a compensação de tributo, objeto de contestação judicial, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- D) A propositura, pelo sujeito passivo tributário, de ação anulatória de débito ou mandado de segurança, com o mesmo objeto discutido em processo administrativo, importa renúncia às instâncias

- administrativas, uma vez que a decisão judicial deve prevalecer sobre a administrativa.
- E) A simples proposição de ação anulatória de débito fiscal possui o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário.
52. A respeito dos crimes contra a ordem tributária, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Não é necessário o lançamento definitivo do tributo para a tipificação de crime material contra a ordem tributária.
- B) Constitui crime funcional contra a ordem tributária, previsto na Lei 8.137/90, a conduta do servidor que exigir, solicitar ou receber, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou mesmo antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida, para deixar de lançar ou cobrar tributo, total ou parcialmente.
- C) Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura ou duplicata é tipificado como crime contra a ordem tributária independentemente de ter havido prejuízo à Fazenda Pública.
- D) Constitui crime de sonegação fiscal prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, com a intenção de excluir ou modificar a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, para eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos.
- E) Pessoa física que omitiu declaração sobre rendas de aluguéis recebidos, informou despesa de educação não realizada e declarou valores com base em recibos falsos como despesas médicas na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, reduzindo o imposto de renda a pagar, não comete crime contra a ordem tributária, sujeitando-se apenas ao lançamento do imposto não pago com os consectários legais.
53. No tocante à Reforma do Estado no Brasil, implementada a partir de 1990, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) Teve por finalidade equacionar um problema econômico-político, no que concerne à delimitação do tamanho do Estado.
- B) Teve por finalidade implementar o papel regulador do Estado.
- C) Teve por finalidade o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar.
- D) Teve por finalidade aumentar os mecanismos de controle de procedimentos, exacerbando o viés burocrático do Estado Brasileiro.
- E) Teve por finalidade aprimorar o controle de resultados na execução de serviços públicos.
54. Em relação ao regime jurídico constitucional da Reforma do Estado no Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e de fundação podem ser criadas por ato administrativo do chefe do Poder Executivo.
- B) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser reduzida mediante contrato de gestão, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, desde que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
- C) No tocante à prestação de contas para o Tribunal de Contas da União, deverá fazê-la toda e qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumiu obrigações de natureza pecuniária.
- D) O servidor público passou a ter a garantia constitucional da vitaliciedade, perdendo o seu cargo exclusivamente por sentença judicial transitada em julgado.
- E) A abertura de processo administrativo para a avaliação do servidor público como condição para adquirir a estabilidade no cargo é ato administrativo discricionário.
55. Sobre as Organizações Sociais, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais as pessoas jurídicas de direito público, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico.
- B) A finalidade lucrativa é pressuposto para a qualificação como "Organização Social" de uma pessoa jurídica de direito privado.
- C) Às organizações sociais não poderão ser destinados quaisquer tipos de recursos orçamentários e bens públicos.
- D) Em caso de desqualificação, a lei dispensa a obrigatoriedade de processo administrativo, desde que os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, respondam pelos prejuízos causados ao erário.
- E) O contrato de gestão é o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas à área de atuação do parceiro privado.
56. Em relação às Agências Executivas, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) O contrato de gestão não é suscetível de revisão, ainda que ocorram fatos externos que possam alterar os objetivos e metas contratados.
- B) As autarquias e as fundações integrantes da Administração Pública Federal poderão, observa-

- das as diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, ser qualificadas como Agências Executivas.
- C) Um dos pressupostos para a qualificação como Agência Executiva é a apresentação de plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional, voltado para a melhoria da qualidade da gestão e para a redução de custos, já concluído ou em andamento.
- D) O contrato de gestão definirá relações e compromissos entre os signatários, constituindo-se em instrumento de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional da entidade, para efeito de supervisão ministerial e de manutenção da qualificação como Agência Executiva.
- E) Dentre as metas do contrato de gestão estão a satisfação do cliente, a amplitude da cobertura e qualidade dos serviços públicos prestados, bem como a racionalização de dispêndios.
57. Sobre as normas gerais do regime da outorga e das prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, de acordo com os dispositivos das Leis 8.987/1995 e 9.074/1995, e suas respectivas alterações, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica, que atuem no Sistema Interligado Nacional, não poderão desenvolver atividades de geração e de transmissão de energia elétrica, mesmo que dirigidas ao atendimento a sistemas elétricos isolados.
- B) Considera-se permissão de serviço público a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- C) Pela execução dos serviços prestados pelas concessionárias ou permissionárias, poderão ser cobradas taxas, de natureza tributária, diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.
- D) As cooperativas de eletrificação rural poderão desenvolver atividades de geração de energia elétrica ou de transmissão de energia elétrica voltadas ao atendimento ao seu mercado próprio, desde que seja inferior a 500 (quinhentos) GWh/ano e a totalidade da energia gerada seja a ele destinada.
- E) Foi expressamente vedada a prorrogação do prazo relativo às permissões e às concessões de estações aduaneiras e outros terminais alfandegados de uso público, não instalados em área de porto ou aeroporto, precedidos ou não de obras públicas.
58. Sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) É válida a cláusula do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, salvo doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.
- B) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os estados em cujos territórios estejam situados os municípios consorciados.
- C) Pelos princípios da impessoalidade e da inamovibilidade dos servidores públicos, os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, não poderão ceder-lhe servidores.
- D) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública ou privada sem fins lucrativos, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, mas não integrará a administração indireta dos entes da Federação consorciados.
- E) A alteração ou a extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, independentemente de lei específica chancelada pelos os entes consorciados.
59. A lei que versa sobre a improbidade administrativa dispõe, dentre outros, sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. Nesse contexto, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Os princípios que regem a Administração Pública são considerados meros vetores de otimização, de modo que eventuais ações ou omissões que importem violação ao núcleo hemisférico que os fundamenta não podem ser consideradas atos de Improbidade Administrativa, por ausência de tipologia legal.
- B) De acordo com a previsão constitucional que reserva o sigilo bancário como direito fundamental da pessoa humana, a posse e o exercício de agente público não podem ficar condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
- C) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, desde que a representação seja escrita, ou reduzida a termo, e assinada, devendo conter a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento, sob pena de rejeição.
- D) A aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa depende da aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal de Contas.

- E) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado, a qual deverá preferencialmente recair sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.
60. De acordo com os dispositivos da Lei 12.462/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), marque a assertiva **CORRETA**:
- A) Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada.
- B) O RDC é aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação - Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014.
- C) Tendo em vista a natureza diferenciada, as licitações e contratações realizadas em conformidade com o RDC deverão observar preponderantemente os princípios da legalidade, da impessoalidade e da eficiência, em detrimento da publicidade absoluta e da estrita vinculação ao instrumento convocatório.
- D) Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos unicamente os regimes de empreitada por preço unitário e empreitada por preço global, vedando-se a contratação por tarefa.
- E) Por razões de política econômico-legislativa, na contratação das obras e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho da contratada, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazo de entrega definidos no instrumento convocatório e no contrato, sendo esta uma das hipóteses legais em que a utilização da remuneração variável poderá ultrapassar o limite orçamentário fixado pela administração pública para a contratação.
61. Analise as hipóteses de responsabilidade civil a seguir elencadas e marque a assertiva **CORRETA**.
- A) As pessoas jurídicas de direito público, bem como as de direito privado prestadoras de serviços públicos e/ou exercentes de atividade econômica em sentido estrito, responderão objetivamente pelos danos que seus agentes, no exercício da função ou fora dela, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa *lato sensu*.
- B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão subjetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão objetivamente por todos os danos que seus agentes, por ação ou omissão voluntária, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.
- D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo, negligência, imprudência ou imperícia.
- E) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos de natureza não concorrencial responderão objetivamente por todos os danos que seus agentes, por ação ou omissão voluntária, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo ou culpa *lato sensu*.
62. Acerca dos contratos administrativos, tarefa e convênio, circunscritos às previsões normativas da STN 1/97 e das Leis 11.079/2004 e 11.107/2005, indique a alternativa **CORRETA**.
- A) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação nas modalidades concorrência e tomada de preços, dependendo de autorização legislativa específica às concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública.
- B) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil; e, também, personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir fundação pública, mediante a vigência das leis de ratificação de protocolo de intenções, e, neste caso, integra a administração direta de todos os entes da Federação consorciados.
- C) A esteio da Instrução Normativa do STN, nº 1/1997, considera-se conveniente o órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular com a qual a administração federal pactua a execução de programa, projeto/atividade ou evento mediante a celebração de convênio.
- D) O convênio é modalidade de contrato administrativo no qual não há interesse comum entre o Poder Público e as entidades públicas ou privadas neste modo contratual.
- E) Tarefa é contrato administrativo que exige licitação na modalidade convite, sem a possibilidade

de dispensa de licitação por envolver, normalmente, contratos de médio vulto econômico.

63. Analise as alternativas, indicando a **CORRETA**.

- A) A nomeação de um parente, até o terceiro grau, a cargo público, por agente público, não implica ato de improbidade administrativa, pois são respeitados os princípios da legalidade, moralidade e da impessoalidade pelo administrador no ato de nomeação.
- B) A pena de demissão, a bem de serviço público, é aplicada ao agente público que não entrega a declaração de bens e valores, ou a outorga sem conteúdo verdadeiro.
- C) A ação de improbidade administrativa possui natureza de Ação Popular e, portanto, tanto o Ministério Público quanto o eleitor poderão ajuizá-la.
- D) A todas as modalidades de improbidade administrativa há a imprescritibilidade e, assim, podem ser apuradas as faltas do agente público a qualquer momento.
- E) Ajuizada a Ação de Improbidade, pode-se efetivar transação, acordo ou conciliação, a critério discricionário do Ministério Público.

64. Sobre licitações, é **CORRETO** afirmar que:

- A) não são atos administrativos, mas procedimentos administrativos, devendo observar sempre a sequência lógica dos diversos atos que o integram.
- B) são atos administrativos abstratos e formais.
- C) são atos administrativos concretos e formais.
- D) são atos administrativos putativos pré-contratuais.
- E) são mistos de atos administrativos e legislativos, pois devem conter normas a serem observadas pela administração licitante e pelos proponentes.

65. Relativamente à desapropriação, ao tombamento, à requisição administrativa, à ocupação temporária e à servidão administrativa, é **CORRETO** afirmar que:

- A) são meios de intervenção estatal na ordem econômica através do patrimônio privado.
- B) são meios de intervenção do Estado na propriedade privada e, como tais, permitem que a Administração diminua o patrimônio privado, sem qualquer direito para o particular, em razão do interesse público.
- C) são atos administrativos gerais representativos do exercício do poder de polícia vinculado a normas de Direito Privado.
- D) são atos administrativos híbridos, concretos e normativos, manifestados sob a forma de procedimento administrativo.
- E) todas são intervenções do Estado na propriedade privada, sendo que somente a primeira é supressiva e as demais são apenas restritivas.

66. Concessões de serviços públicos precedidas da execução de obra pública são:

- A) meios de intervenção do Estado na propriedade mediante privatização.
- B) modos de privatização de empresas estatais e de bens públicos que passam a integrar o patrimônio da concessionária.
- C) atividade de polícia administrativa e fomento à atividade empresarial exercida pela iniciativa privada.
- D) servidão administrativa exercida por empresas privadas sobre bens públicos.
- E) contratos administrativos e, como tais, devem ser precedidos de licitação, ressalvadas as exceções legais.

67. Sobre discricionariedade, é **CORRETO** afirmar que:

- A) ocorre somente quando o texto da lei é literal e expressamente estabelece que é facultado ao administrador em hipóteses específicas optar pela solução que melhor satisfaça a conveniência e a oportunidade administrativa.
- B) é uma oportunidade legítima para que o administrador atenda anseios pessoais ou de seus amigos juntamente com o imprescindível melhor atendimento possível do interesse público.
- C) ainda que exista em determinado ato administrativo não o torna total e exclusivamente discricionário.
- D) é modalidade de vinculação a normas de Direito Privado consagradoras do interesse individual.
- E) pode operar-se em relação a qualquer elemento ou pressuposto do ato administrativo indistintamente.

68. São serviços públicos divisíveis:

- A) os serviços *'uti singuli'* de distribuição de água potável canalizada, distribuição de energia elétrica, transporte coletivo de passageiros e coleta de resíduos sólidos.
- B) os serviços de distribuição de água potável canalizada, iluminação pública, transporte coletivo de passageiros e coleta de resíduos sólidos.
- C) os serviços de distribuição de água potável canalizada, distribuição de energia elétrica, transporte coletivo de passageiros e limpeza pública.
- D) os serviços de distribuição de água potável canalizada, iluminação pública, transporte coletivo de passageiros e coleta de resíduos sólidos, os quais são sempre remunerados por meio da cobrança de taxa.
- E) os serviços *'uti universi'* de distribuição de água potável canalizada, distribuição de energia elétrica, transporte coletivo de passageiros e coleta de resíduos sólidos, os quais são sempre remunerados por meio da cobrança de taxa.

69. Sobre os princípios do Direito Ambiental, é **CORRETO** afirmar:

- A) A compensação ambiental é uma das formas de se implementar o princípio do usuário-pagador, sendo indispensável a prova de que o dano ambiental decorreu da prática de um ato ilícito.
- B) O princípio da precaução, previsto na Declaração das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, estabelece que medidas economicamente viáveis devem ser adotadas para se evitar a consumação de danos ambientais que, plenamente conhecidos pela ciência, são considerados graves e irreversíveis.
- C) Como forma de garantir a consecução do princípio da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, o princípio da proibição do retrocesso veda qualquer possibilidade de flexibilização dos níveis de proteção ambiental assegurados pela legislação vigente.
- D) Por meio da aplicação do princípio constitucional da reparação integral do dano, veda-se qualquer possibilidade de exclusão ou limitação da reparação ambiental, que deve compreender o dano em toda a sua extensão, assegurando a efetiva proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- E) O princípio da prevenção, distintamente do princípio da precaução, vincula-se ao estudo prévio de impacto ambiental, devendo ser sempre observado na implantação de obras ou atividades capazes de causar degradação do meio ambiente.

70. Sobre a repartição de competências legislativas em matéria ambiental, é **CORRETO** afirmar:

- A) Detentora de uma posição de supremacia no que tange à proteção do meio ambiente, à União compete, exclusivamente, legislar sobre planos nacionais e regionais de ordenação do território.
- B) De acordo com as disposições constitucionais, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios detêm competência comum para legislar sobre a proteção do meio ambiente e o controle da poluição em qualquer de suas formas.
- C) Levando em consideração o princípio da predominância do interesse, compete aos municípios legislar privativamente sobre assuntos de interesse local.
- D) Observada a legislação federal e estadual, compete aos municípios, concorrentemente, estabelecer normas relacionadas à proteção do meio ambiente com o propósito de suprir possíveis lacunas existentes.
- E) Compete aos Estados, quando autorizados por lei complementar, legislar sobre questões específicas relativas a águas e energia, jazidas, minas e outros recursos minerais, assim como sobre atividades nucleares de qualquer natureza.

71. Sobre a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, é **CORRETO** afirmar:

- A) A reparação civil do dano ambiental será feita por meio da imposição de obrigação de fazer ou de não fazer ou por intermédio do pagamento de indenização, não se admitindo a cumulação dos pedidos.
- B) O ordenamento jurídico brasileiro, visando a salvaguardar a proteção de um interesse transindividual e de natureza indivisível, não admite a desconsideração da pessoa jurídica para fins de responsabilização pela prática de crimes ambientais.
- C) No que se refere à proibição de contratar com o Poder Público, assim como dele obter subsídios, subvenções ou doações, a pena restritiva de direitos, quando aplicada à pessoa jurídica, não poderá exceder o prazo de dez anos.
- D) A responsabilidade civil por dano ambiental presuppõe necessariamente uma ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.
- E) A responsabilidade penal da pessoa jurídica depende da cominação de sanção administrativa em relação ao mesmo fato e somente pode existir nos casos em que a ação ou a omissão ocorrerem no interesse ou benefício da sua entidade.

72. Sobre os espaços territoriais especialmente protegidos, é **CORRETO** afirmar:

- A) A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Cerrado e o Pantanal Mato-Grossense são considerados patrimônio nacional e, portanto, integram o conceito de espaços territoriais especialmente protegidos.
- B) A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público, tais como parques nacionais, estações ecológicas e reservas biológicas, constitui um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
- C) Considera-se reserva legal toda área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, obrigatoriamente excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.
- D) É obrigatório o apoio à implantação e à manutenção de unidades de proteção integral ou de uso sustentável por empreendedor de obra ou atividade considerada por órgão ambiental competente como significativamente impactante.
- E) Visando a assegurar a proteção de atributos naturais considerados relevantes e, como consequência, salvaguardar o princípio do mínimo existencial ecológico, a legislação ambiental vigente proíbe a transformação de uma unidade de proteção integral em uma unidade de uso sustentável, ainda que mediante lei específica.

73. A respeito da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), é **CORRETO** afirmar:

- A) Para alcançar os objetivos da PNMC, as emissões de dióxido de carbono (CO₂) brasileiras deverão ser reduzidas entre 36,1% e 38,9% até 2020, quando será publicado o 2º Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal.
- B) O Plano Nacional sobre Mudança do Clima e os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas, a exemplo do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado, constituem instrumentos da PNMC.
- C) A criação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, cujos recursos serão destinados ao financiamento de pesquisas voltadas à mitigação dos efeitos adversos causados pelo aquecimento do sistema climático, é um dos objetivos da PNMC.
- D) A preservação, a conservação e a recuperação dos recursos ambientais, com particular atenção aos grandes biomas naturais tidos como patrimônio nacional, a exemplo do Pantanal Mato-Grossense e da Floresta Amazônica, são diretrizes da PNMC.
- E) De acordo com a PNMC, compete exclusivamente ao Poder Público promover a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático, observando sempre os princípios da precaução, da prevenção e do poluidor-pagador.

74. Sobre o Sistema de Reserva Legal (SISREL), no Estado de Mato Grosso do Sul, é **CORRETO** afirmar:

- A) Habilita-se à instituição da Reserva Legal o imóvel rural dotado de área constituída por ecossistemas naturais ou seminaturais de relevante interesse ecológico e, portanto, considerada apta para reserva legal.
- B) O SISREL tem por finalidade garantir que o território do Estado de Mato Grosso do Sul tenha, no mínimo, o índice de trinta por cento de cobertura vegetal relativa à reserva legal, por meio da conjugação de esforços do Poder Público e da iniciativa privada.
- C) O Termo de Compromisso para Comprovação ou Constituição de Reserva Legal (TCC) é um documento comprobatório de que o imóvel possui área do todo ou de parte da reserva legal comprovada pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul.
- D) A restauração da reserva legal por intermédio da regeneração e/ou da recomposição deverá estar situada, obrigatoriamente, em área contígua à outra área de Reserva Legal ou à Área de Preservação Permanente, de forma a contribuir para a composição de corredor de biodiversidade.

E) A constituição da reserva legal é prerrogativa para o deferimento do pedido de autorização ambiental para supressão vegetal, exceto nos casos destinados à implantação de obras de utilidade pública ou de interesse social, desde que cumpridas as exigências legais.

75. De acordo com o sistema constitucional de repartição de receitas tributárias, é **CORRETO** afirmar:

- A) Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, sendo creditadas referidas receitas, no mínimo, na proporção de três quartos do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços realizadas em seus territórios.
- B) Pertencem aos Municípios vinte e um inteiros e cinco décimos por cento do produto da arrecadação da União sobre imposto de renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.
- C) Pertencem aos Estados vinte e cinco por cento do produto da arrecadação oriunda de impostos extraordinários.
- D) A União entregará aos Estados cinco por cento do produto da arrecadação sobre imposto de renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de suas instituições financeiras de caráter regional.
- E) Os Estados entregarão aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural relativamente aos imóveis neles situados.

76. Assinale alternativa **CORRETA**.

- A) A União Federal pode intervir nos municípios que deixarem de pagar, sem motivo de força maior, por um ano, a dívida consolidada.
- B) A decretação de intervenção federal da União nos Estados que deixarem de prestar contas na forma exigida em lei submete-se necessariamente a controle político do Congresso Nacional.
- C) A União Federal, por intermédio de ato do Presidente da República, e após provimento de ação direta interventiva julgada pelo Supremo Tribunal Federal, pode decretar intervenção federal no Estado que deixar de aplicar o mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- D) A decretação de intervenção federal fundada na necessidade de reorganização das finanças dos

- estados que suspenderem o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos não se submete a controle político, pois decorre sempre de provimento judicial do Supremo Tribunal Federal em ação direta interventiva.
- E) A violação da autonomia municipal não enseja a deflagração de processo interventivo, pois não pode ser comprovada judicialmente.
77. Sobre o controle da constitucionalidade das leis federais e estaduais no Brasil, é **CORRETO** afirmar:
- A) É da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
- B) Pode ser exercido incidentalmente, por qualquer Tribunal, mas jamais pelo Juiz singular.
- C) Não se estende ao exame da inconstitucionalidade formal.
- D) Adota o sistema concentrado em relação às leis federais e o sistema difuso em relação às leis estaduais.
- E) Admite o exame da inconstitucionalidade formal e material.
78. Sobre as leis federais no sistema constitucional brasileiro, é **CORRETO** afirmar:
- A) Prevalecem, em qualquer hipótese, sobre as leis estaduais que disponham em sentido contrário.
- B) Não podem ser incidentalmente declaradas inconstitucionais por Tribunais de Justiça dos Estados.
- C) Podem resultar da conversão de medida provisória.
- D) Podem dispor unicamente sobre normas gerais.
- E) Assumem sempre o caráter de lei nacional.
79. Assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) No controle de constitucionalidade judicial por via de exceção, a decisão declaratória de inconstitucionalidade não implica o formal cancelamento da lei em tese ou em abstrato.
- B) A supremacia das normas constitucionais conduz a um controle de constitucionalidade, fato característico das constituições rígidas, cabendo controle abstrato e concentrado de constitucionalidade em sede de ação civil pública.
- C) No controle de constitucionalidade incidental, a declaração de inconstitucionalidade da lei, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário, opera sempre efeito revogatório “ex nunc”.
- D) O Poder Executivo possui legitimidade para exercer controle preventivo da constitucionalidade das leis, mediante o exercício de veto, em relação a qualquer espécie legislativa.
- E) O Direito Constitucional brasileiro não conhece a figura do poder constituinte decorrente, contem-
- plando apenas a ideia de poder constituinte originário e poder constituinte derivado.
80. Sobre a eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a única alternativa **CORRETA**.
- A) As normas programáticas nunca geram direitos subjetivos aos cidadãos, pois dependem sempre de regulamentação legislativa para que sejam aplicadas.
- B) As normas programáticas vinculam exclusivamente o legislador.
- C) É sempre cabível mandado de segurança para assegurar a eficácia das normas constitucionais programáticas.
- D) As normas programáticas no mínimo vinculam negativamente os Poderes Públicos, podendo, em determinados casos, gerar situações subjetivas de vantagem tuteláveis mediante mandado de segurança.
- E) As normas programáticas não são normas jurídicas plenamente aplicáveis, substanciando meras recomendações ao legislador.
81. Acerca da disciplina constitucional do orçamento público e seu respectivo controle, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A elaboração da lei orçamentária municipal não se submete a qualquer limite material ou formal imposto por Lei Complementar Federal em face do princípio da autonomia federativa.
- B) Por se tratar de legislação que produz efeitos concretos, é cabível mandado de segurança para impugnar dispositivo constante de Lei Orçamentária anual.
- C) A autorização para abertura de créditos suplementares não configura exceção ao princípio reitor da exclusividade.
- D) O princípio da unidade orçamentária, no Brasil, engloba somente a exigência de unidade documental e, portanto, restringe-se a aspectos formais.
- E) O Supremo Tribunal Federal pode declarar, em sede de controle abstrato, a inconstitucionalidade de lei orçamentária municipal.
82. Sobre a necessidade de aprovação prévia dos contratos administrativos pelo Tribunal de Contas competente, é **CORRETO** afirmar:
- A) Trata-se de simples ato de controle externo da administração financeira e orçamentária, obrigatório apenas para contratos cujo valor supere R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
- B) É requisito indispensável para o início da execução do contrato.
- C) É fase integrante de todo ato administrativo complexo.

- D) Não se trata de exigência prevista na Constituição Federal de 1988.
- E) Só é exigida para contratos de engenharia cujo valor de contratação seja superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
83. A adoção da forma federativa de Estado implica, necessariamente, a capacidade de auto-organização das entidades que compõem a federação.
- Assim sendo, é **CORRETO** afirmar:
- A) O poder constituinte decorrente pode prever a possibilidade das entidades federativas exercerem o direito secessão.
- B) O poder constituinte decorrente está impedido de inserir, na Constituição estadual, o regime parlamentarista de governo, porém pode criar vários mecanismos de relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo típicos do parlamentarismo, como, por exemplo, a moção de desconfiança e a dissolução da Assembleia Legislativa pelo Governador.
- C) O poder constituinte decorrente pode adotar nos Estados, além do regime parlamentarista, a forma monárquica de governo.
- D) O poder constituinte decorrente está impedido de adotar nos Estados o regime parlamentarista de governo.
- E) O direito constitucional brasileiro não conhece a figura do poder constituinte decorrente, contemplando apenas a ideia de poder constituinte originário e poder constituinte derivado.
84. No que tange à possibilidade do Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, é **CORRETO** afirmar:
- A) Apesar da previsão constitucional, os atos de admissão de servidores públicos não podem ser anulados pelo Tribunal de Contas do Estado por causa da garantia do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.
- B) A anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie determinado servidor público pelo Tribunal de Contas impõe que o processo administrativo seja remetido ao Poder Judiciário para confirmação.
- C) Trata-se de previsão normativa inconstitucional, pois viola o princípio da separação dos poderes.
- D) Referida competência contempla a possibilidade de o Tribunal de Contas anular ou revogar ato administrativo que beneficie determinado servidor público, desde que haja garantia de contraditório e ampla defesa.
- E) Não se trata de competência prevista no sistema constitucional brasileiro.
85. No tocante à Lei Complementar 141, de 13.01.2012, que, dentre outros temas, dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e municípios em ações e serviços públicos de saúde, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios serão apuradas e corrigidas a cada quadrimestre do exercício financeiro.
- B) Constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos de que trata a Lei Complementar 141/2012, aquelas decorrentes de pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde.
- C) Para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos estabelecidos na Lei Complementar 141/2012, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes à vigilância em saúde, excluindo-se a epidemiológica e a sanitária.
- D) O Fundo de Saúde, instituído por lei e mantido em funcionamento pela administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, constituir-se-á em unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, incluindo-se os recursos repassados diretamente às unidades vinculadas ao Ministério da Saúde.
- E) Para efeito de cálculo dos recursos mínimos estabelecidos na Lei Complementar 141/2012, serão consideradas exclusivamente as despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar até o limite das disponibilidades de caixa ao final do exercício, consolidadas no Fundo de Saúde.
86. Sobre o regimento interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e as demais normas que lhe são aplicáveis, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) O Auditor do Corpo Especial, quando em substituição a Conselheiro, exercerá as respectivas funções, será designado pela denominação de Conselheiro-Substituto e só fará jus aos vencimentos do cargo quando o período de substituição for igual ou superior a quinze dias.
- B) O Corpo Especial, representado pelos Auditores e membros do Ministério Público de Contas Gerais, é órgão integrante da estrutura básica do Tribunal, e terá dentre os seus componentes um coordenador designado pelo Presidente.

- C) Os Conselheiros poderão ser licenciados conforme as disposições contidas no Regimento Interno e nas Resoluções Administrativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo que as licenças serão referendadas pelo Tribunal Pleno.
- D) Os Conselheiros terão direito a férias anuais de sessenta dias, sendo trinta dias correspondentes ao recesso anual durante o mês de janeiro e trinta dias para gozo individual. Não poderão estar em férias de gozo individual, ao mesmo tempo, mais de dois Conselheiros, a não ser em casos excepcionais, devidamente autorizados pelo Presidente do Tribunal.
- E) Ao ser empossado, o Conselheiro prestará compromisso formal perante o Tribunal Pleno, assegurando bem cumprir os deveres do cargo.
- 87.** Sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um sistema de controle externo realizado pelo Congresso Nacional com auxílio do Tribunal de Contas, ao qual se sujeitam apenas as entidades públicas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem bens, dinheiro e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.
- B) As associações e os sindicatos são partes legítimas para denunciar irregularidades ou ilegalidades diretamente ao Tribunal de Contas da União.
- C) Como corolário da autonomia política, especificamente do autogoverno, os municípios podem atualmente criar Tribunais de Contas municipais, na forma da Constituição estadual e da Lei Orgânica do Município.
- D) Quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária no âmbito federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela deverão dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária, o que resulta em um sistema de atuação integrada entre controle externo e controle interno.
- E) De acordo com a atual Constituição Federal, os Tribunais de Contas podem, somente se provocados, realizar auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, em qualquer entidade que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.
- 88.** Dentre as competências do Tribunal de Contas da União, **NÃO** se encontra:
- A) A competência para apreciar as contas apresentadas pelo Presidente da República.
- B) A competência para aplicar multa, com força de título executivo, proporcional ao dano causado ao erário.
- C) A possibilidade de não aplicar uma determinada lei, por considerá-la, motivadamente, inconstitucional.
- D) A competência para apreciar, para fins de registro, a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- E) A possibilidade de sustar direta e imediatamente contrato administrativo, verificada qualquer ilegalidade.
- 89.** Com relação aos Tribunais de Contas, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) O Tribunal de Contas da União é composto por 11 (onze) Ministros, dentre os quais um terço é de livre e exclusiva escolha do Presidente da República e dois terços são escolhidos pelo Congresso Nacional.
- B) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão como garantias: irredutibilidade de subsídios, inamovibilidade e vitaliciedade após 2 (dois) anos de estágio probatório.
- C) No controle externo realizado pelos Tribunais de Contas, a fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos bens, dinheiro e valores públicos abrange os aspectos da economicidade, legalidade, legitimidade, aplicação de subvenções, renúncia de receitas e conveniência política.
- D) O Tribunal de Contas é órgão de natureza técnica que auxilia o Poder Legislativo no controle externo dos bens, dinheiro e valores públicos. Em razão de sua natureza, os Ministros que compõem o respectivo tribunal deverão ter formação na área jurídica, contábil, econômica, financeira ou experiência em administração pública, que será comprovada mediante título de conclusão de ensino superior em uma dessas áreas e atuação profissional por no mínimo 10 anos.
- E) É inconstitucional o dispositivo da Constituição estadual que estabelece ser prerrogativa exclusiva do Governador do Estado a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas estadual.
- 90.** Segundo a Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) É vedado ao Conselheiro do Tribunal de Contas do respectivo Estado o exercício de profissão liberal e de atividade empresarial ou participar de sociedade empresarial, inclusive de economia mista, exceto como acionista ou cotista minoritário ou no caso de atividade agropecuária ou extrativa animal ou vegetal.
- B) O Conselheiro do Tribunal de Contas do respectivo Estado não poderá, cumulativamente ao exer-

- cício do cargo, exercer cargo de direção ou técnico de associação de classe ou recreativa, mesmo que sem remuneração.
- C) É vedado aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado celebrar qualquer tipo de contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
- D) O Tribunal de Contas tem a função de fiscalizar a admissão de pessoal a qualquer título, inclusive as nomeações para os cargos de provimento em comissão.
- E) A auditora é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados por pessoas sujeitas ao seu controle.
- 91.** Acerca das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, consagradas na Lei Complementar 101/2000, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Independentemente de lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos oriundos do Banco Central, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, salvo mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.
- B) Considera-se facultativa, de caráter intermitente e diferido, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a três exercícios.
- C) A prevenção de insolvência bancária e outros riscos sistêmicos deve ficar a cargo de fundos privados criados necessariamente por meio de lei complementar, constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional e mediante apoio financeiro da União. No entanto, poderá o Banco Central conceder às instituições financeiras, com problemas transitórios de liquidez, operações de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a cinco anos.
- D) É permitida a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, desde que seja para financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes ou refinar dadas não contraídas junto à própria instituição concedente.
- E) É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal, expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder.
- 92.** Acerca do controle da execução orçamentária, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Os Agentes Políticos do Ministério Público detêm competência exclusiva para, no exercício do controle da execução orçamentária, avaliar a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.
- B) Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.
- C) O controle da execução orçamentária exercido pelo Poder Executivo, especialmente quanto à legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, suspende a participação do Tribunal de Contas respectivo.
- D) As contas do Poder Executivo deverão ser submetidas ao Poder Legislativo e, posteriormente, remetidas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer.
- E) Os serviços de contabilidade deverão, mês a mês, no exercício do controle interno da execução orçamentária, verificar a observância dos limites das cotas mensais atribuídas a cada unidade orçamentária.
- 93.** No tocante às subvenções sociais e econômicas previstas nas normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A concessão de subvenções sociais visará unicamente à prestação de serviços essenciais de assistência social, independentemente de a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos revelar-se mais econômica.
- B) É vedada a cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, mediante subvenções econômicas, ainda que expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.
- C) Consideram-se como subvenções sociais as dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de gêneros ou materiais de interesse público.
- D) Consideram-se como subvenções sociais as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais.
- E) A Lei de Orçamento não consignará ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.

94. Sobre o regime jurídico dos Precatórios expedidos após a Emenda Constitucional 62/2009, marque a assertiva **CORRETA**.
- A) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão preferencialmente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
 - B) Serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, sem exceção, os valores de natureza alimentícia que compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
 - C) À União é vedada assunção ou o refinanciamento de débitos oriundos de precatórios dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.
 - D) Mediante anuência da Fazenda Pública devedora, o credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, não se aplicando ao cessionário os critérios de preferência previstos na Constituição Federal.
 - E) As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que profere a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.
95. As disposições abaixo se referem ao orçamento e ao controle da execução orçamentária. Analise-as e marque a assertiva **CORRETA**.
- A) É vedada a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal, de uma para outra unidade orçamentária, quando considerada necessária a movimentação de pessoal dentro das tabelas ou quadros comuns às unidades interessadas.
 - B) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
 - C) O saldo positivo do fundo especial – o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços – apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo, sendo vedada disposição em contrário da lei.
 - D) Na programação da despesa orçamentária, não serão incluídos os créditos adicionais e as operações extraorçamentárias.
- E) As cotas trimestrais aprovadas pelo Poder Executivo não poderão ser alteradas durante o exercício, ainda que observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.
96. Assinale a alternativa correta em relação aos critérios que devem ser observados pelos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal:
- A) Financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar ativo para os seus respectivos regimes, vedada a contribuição dos inativos e pensionistas.
 - B) Realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, bem como de auditoria, por entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.
 - C) As contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários e para assistência à saúde dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas com a taxa de administração, observando-se os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais.
 - D) Cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios.
 - E) Permissão de inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de quaisquer parcelas remuneratórias, desde que tenham sido percebidas pelo servidor em atividade por um período mínimo de três anos e sobre elas haja incidido contribuição previdenciária.
97. Quanto ao Regime Próprio de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul e ao previsto na Lei 3.150/05, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) É vedada aos beneficiários do MSPREV a percepção simultânea de provento de aposentadoria decorrente do Regime Próprio de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul com remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive as remunerações decorrentes de cargos eletivos e de cargos em comissão.
 - B) É permitida aos beneficiários do MSPREV a acumulação de mais de duas pensões, desde que os valores não ultrapassem o teto constitucional estabelecido aos servidores em atividade.
 - C) É vedada aos beneficiários do MSPREV a percepção simultânea de uma aposentadoria do Re-

- gime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul com aposentadoria do Regime Geral da Previdência Social.
- D) É permitida aos beneficiários do MSPREV a contagem de tempo de serviço ou de contribuição em dobro quando se tratar de licença ou férias não gozadas.
- E) É vedada aos beneficiários do MSPREV a fixação de proventos de aposentadoria, qualquer que seja sua modalidade, ou de valor de pensão inferior ao salário mínimo nacional, ou superior à última remuneração ou subsídio no cargo efetivo, salvo a divisão por cotas.
98. Em relação aos segurados do Regime Geral da Previdência Social, é **CORRETO** afirmar:
- A) É segurado facultativo do Regime Geral da Previdência Social, aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular.
- B) É segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, como empregado, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- C) É segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, como empregado doméstico, aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades com fins lucrativos.
- D) É segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, como contribuinte individual o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, quando mantidos pela entidade a que pertencem, salvo se filiados obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade ou a outro regime previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativos.
- E) É segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, como trabalhador autônomo, aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.
99. Em relação ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será no máximo igual ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido ou ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento.
- B) Não incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas pelos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos, independentemente do valor dos proventos.
- C) Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.
- D) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, desde que não excedam o teto remuneratório previsto na Constituição Federal.
- E) O regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.
100. Em relação ao benefício de auxílio-doença do Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A concessão do auxílio-doença depende de, no mínimo, dezoito contribuições mensais, como período de carência.
- B) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido na legislação correspondente, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por período igual ou superior a 15 dias (quinze) dias consecutivos.
- C) Durante os primeiros trinta dias consecutivos ao afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.
- D) Independe de carência a concessão de auxílio-doença nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social a cada três anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado.
- E) O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.

Em Branco